

# CÉSAR AIRA

## A TÍLIA ANIVERSÁRIO



cavalo de ferro



**20**  
**anos**

A TÍLIA  
(SEGUIDO DE)  
ANIVERSÁRIO

CÉSAR AIRA  
A TÍLIA  
(SEGUIDO DE)  
ANIVERSÁRIO

Tradução do castelhano (argentino)  
Miguel Filipe Mochila



cavalo de ferro

A tília é uma árvore pequena, elegante, de tronco fino, que parece sempre jovem. Na Praça de Pringles, além de dez mil tílias dessas, normais, havia uma que por um estranho capricho da Natureza se fizera enorme, admirável, com o tronco retorcido, a copa impenetrável; vinte tílias das outras fundidas numa não teriam feito esta. Eu dera-lhe o nome de Tília Mostra. Fitava-a com certo pavor, ou pelo menos com respeito, mas também com carinho, porque, como todas as árvores, era inofensiva. Ninguém vira uma tília de semelhante envergadura em nenhuma outra parte, e nós, pringlenses, tínhamo-la por monumento à singularidade da vila. Era uma aberração, mas uma aberração grandiosa, com a majestade exótica do que é único e irrepetível.

O meu pai, consuetudinária vítima de insónia, ia à Praça com um saco, no começo do Verão, colher florzinhas de tília que depois secava e usava para fazer um chá que tomava à noite após o jantar. Toda a gente concorda quanto às virtudes sedativas da tília, mas não sei se residem nas flores, que se dão nuns pequenos ramos e são de um amarelo que pouco difere do verde das folhas. Julgo recordar que essas flores se fecham a seguir num fruto, que é como uma cápsula de forma gótica. Ou, pelo contrário, essa cápsula é que vem

primeiro e depois abre-se em flor... Não sei se a memória me atraiçoa. Seria fácil tirar as dúvidas, porque as tílias ainda são o que eram, e aqui onde moro, em Flores, há muitas e poderia ir lá ver. Não o faço porque não há ninguém com menos espírito científico do que eu. Mas não importa. Não me lembro se o meu pai usava as flores ou as folhas ou as capsulazinhas; o mais provável é que o fizesse à sua própria maneira, como fazia tudo. Talvez tivesse arranjado uma forma de tirar o máximo proveito das conhecidas virtudes sedativas da tília, e nesse caso tenho bons motivos para lamentar a minha distração e a minha má memória, já que a receita, o procedimento, fosse ele qual fosse, se perdeu com ele.

Também é possível que o processo natural de floração e frutificação da tília se tenha alterado nesse espécime único da Praça de Pringles, a Tília Monstra. Era nela que o meu pai fazia a sua colheita, e considerava-a providencial. Nenhuma outra substância no universo, nem os soníferos usados pelos suicidas, teria logrado adormecê-lo como o seu chá de tília, segundo ele. Se essa propriedade residia na modificação genética da Tília Monstra, então o meu esforço de memória não faz sentido algum, já que a receita jamais poderia ser reconstruída.

Agora que o escrevo, reparo que também eu passei todos estes anos a depositar uma absoluta fé na eficácia da bebida. Essa fé não se baseia em nada em concreto. Podia agir sobre o organismo do meu pai como um placebo, a partir da sua própria fé (que eu herdei), ou até não agir de todo. Não há nada mais controverso que a acção dos psicotrópicos, sejam eles naturais ou sintéticos.

Não poderia confirmar as virtudes especialmente sedativas da Tília Monstra, porque essa árvore já não existe; derrubaram-na num acto irracional de ódio político, o acto final da lenda pringlense do Menino Peronista – que certa noite se refugiara na sua copa, e um bando de fanáticos furiosos que o perseguiram atacou o tronco à machadada... Esse menino,

com a minha idade, da minha época, com que me posso identificar perfeitamente, fizera-se um símbolo por razões familiares. «O menino peronista»: a quem ocorreria semelhante coisa? Os meninos não têm cor política, não são de esquerda nem de direita. Este devia ignorar o que encarnava. Mas o símbolo, como um vírus fatídico, infectara-o. Por outro lado, a infância pode ser tudo, como reflexo ou analogia. E, além disso, a ideia alimentada pelo próprio Perón era a de uma evolução da qual resultariam necessariamente crianças peronistas. Havia uma biologia do peronismo.

O mais estranho foi que esse tal bando era um comando da Resistência peronista, encabeçado por Ciancio, o vendedor de colchões. Uma complicada série de mal-entendidos fizera-nos confundir o «signo» (o positivo e o negativo) da simbolização que o menino carregava. O que revela a complexidade das nossas querelas políticas, que uma simplificação posterior quis pintar a preto e branco.

Nessa cruel meia-noite, o som dos machados repetia-se como um tambor terrífico... Já disse que eu era seu contemporâneo, e nada o prova mais que o seguinte: o único livro que tive durante toda a minha infância, ou o único de que me lembro, era o livro de Sambo, um belo livrinho que não fora guilhotinado em ângulos rectos como todos os livros, e sim com o perfil de uma árvore (o que eu daria para o ter agora!). O Menino Peronista também o devia ter, ou tê-lo visto, porque era bastante popular nessa altura, não sei porquê: Sambo, o menininho negro, refugiava-se dos tigres na copa de uma árvore, os tigres começavam a andar às voltas lá em baixo, até que se afundavam numa espécie de creme, segundo recordo. Mas o Menino Peronista fazia da fábula realidade, uma fábula que continuava a ser, à sua maneira, enquanto símbolo, uma fábula de animais. Acaso os antiperonistas não eram conhecidos como «gorilas»? E os gorilas não moravam nas árvores?

Os machados, e a cúpula da meia-noite sobre a Praça, em cujas eclípticas tenebrosas se materializava uma viagem interplanetária a todos os horrores sem nome da vida, a todas as figuras que um dia seriam arte. A outros mundos, mundos ao contrário, onde peronistas e antiperonistas trocavam de posições.

Aquele tambor do machado no escuro, continuei a ouvi-lo durante o resto da minha vida, sempre que pouso a orelha na almofada. Na verdade não o ouvi, mas ouvi-o através dos relatos do episódio que a minha mãe me fazia. Pouco importa que agora saiba que são só as pulsações do sangue; também elas podem simbolizar essa ameaça... Tenho de mudar de posição, virar-me de barriga para cima, o que se torna desconfortável e não me permite dormir. É daí que me vem o hábito cruel da insónia, que me faz crer que viver se tornou impossível.

Envoltos no prestígio da lenda, adornados, deformados, estes factos aconteceram na realidade, o que é inacreditável. Parecem inventados e, no entanto, aconteceram, e eu estava lá, se não na copa da árvore, nesses mesmos dias, nessa mesma vila, nesse mundo que hoje está tão distante. Toda a vida se me tingiu com essa cor irreal da fábula. Nunca mais consegui apoiar o pé na realidade.

Os livros, a arte, as viagens, o amor, as maduras maravilhas do universo foram uma muito colorida derivação dessa lenda: tudo o que estava no mar obscuro acima da árvore. Neles sublimei a falta de uma vida real... e até me considerei um privilegiado. Mas o desaparecimento daquela grande árvore terapêutica, no sistema simbólico, teve os seus efeitos. Herdei uma disposição nervosa que me atormenta; no centro do meu ser ressoa uma vibração que ao chegar à pele (e chega sempre, porque está ali, sempre, a cada minuto) me causa uma inquietação maior que o pensamento... Impede-me de viver, essa ansiedade... Penso na morte, eu que não deveria pensar nunca nela. Era inevitável procurar remédio no álcool, nas

drogas, mas sobretudo no álcool, rompendo sobre mim como uma maré de desespero... Levantar-me da cama de madrugada, incapaz de resistir mais um instante a essa inquietação, e andar às voltas pela casa escura, até comprovar uma vez mais, como em todas as noites, que não há nenhum destino. A morte não é solução, porque também o meu cadáver se há-de um dia levantar... Que posso eu fazer? É involuntário, domina-me...

Algo deviam ter as essências da tília para que o meu pai se aferrasse ao seu auxílio todas as noites, durante tantos anos. E era bastante evidente que precisava daquilo, pois não houve homem mais nervoso do que ele. «Fusível solto», chamava-lhe a minha mãe pelas costas, ou «*Lechervida*<sup>1</sup>», em referência a um desenho animado de uma revista de humor. Porque, além de nervoso, era irascível em último grau, sempre à beira de explodir, sempre em polvorosa. Bastava-lhe uma palavra, um gesto, e desatava logo aos berros como um louco furibundo. Precisava de muito menos para perder o controlo; subtilizava as causas até à magia; o adejar de uma borboleta no Japão provocava-lhe um ataque em Pringles. Vivia em permanente tensão, em carne viva, com os olhos em chamas, os lábios trémulos, as veias do pescoço salientes quase até desprenderem-se, o cabelo eriçado, os membros em constante movimento e o tronco sempre às voltas de um lado para o outro, como se lá dentro um animal fosse perseguido por inimigos. Os inimigos do meu pai eram imaginários, ou seria caso para dizer que o seu inimigo era o mundo; ou, recorrendo ao lugar-comum, que o seu pior inimigo era ele próprio.

No que acabo de dizer insinuaram-se-me, não sei se ao arrepio da minha vontade ou por causa dela, um par de metáforas

1 «*Lechervida*» é uma expressão coloquial empregue na Argentina a propósito de alguém que se enfada súbita e facilmente e cuja tradução literal seria «leite a ferver». [N. T.]

oriundas de um ramo da física prática: a electricidade. São justíssimas não só em virtude dos meus dons de evocação ou da minha habilidade literária, que é defeituosa, mas por um facto coincidente: o meu pai era electricista profissional. Às vezes acontecem coisas assim: um homem «eléctrico» é electricista. Sobretudo nas vilas, onde toda a gente se conhece e estas «piadas reais» se tornam objecto de comentários e conformam uma espécie de saber tradicional que se transmite de geração em geração. Houve uma altura em que me senti orgulhoso de ter um pai famoso; julgo que foi a única vez em que encontrei alguma vantagem naqueles malditos nervos que faziam da vida quotidiana um constante sobressalto. Depois tive tempo para contradizer-me, e cheguei a detestar as famas aldeãs, quando descobri nelas aquela feia qualidade de darem azo a que ao seu objecto se adjudicassem outras famas, e mais outras, numa proliferação sem outro fito além da desocupação e da malevolência dos murmuradores. É um mecanismo bem conhecido e que não se restringe às pequenas vilas: a fama atrai a fama e, como esta tem de ser alimentada com novos materiais, a invenção faz-se inevitável.

Mas o meu pai tinha um certo direito à notoriedade, mesmo antes dessa coincidência eléctrico-electricista. Isto é histórico, e devo dar algumas datas para me fazer entender melhor. Nasci em 1949, no clímax do regime peronista. Os meus pais não eram muito jovens quando eu nasci, isto é, não fui um desses filhos automáticos do proletariado, nascidos por imposição biológica mal os pais abandonam a infância. No meu caso houve planificação familiar, como prova o facto de ter sido filho único. Fui-o como todos os meus amigos do bairro. Somos essa geração, precisamente, a induzida pelas leis sociais do peronismo, que meteu na cabeça do proletariado a ideia de ascender à classe média. O primeiro passo desse projecto era reproduzirem-se só na medida das suas possibilidades. Este racionalismo tinha uma restrição, não obstante,

e era que todos queriam um rapaz; de modo que, se o primeiro filho fosse uma menina, fariam o sacrificio de tentar outra vez. Digo-o no condicional porque na realidade as coisas não se deram assim: todos tiveram logo um rapaz e ficaram por ali. O peronismo teve algo de mágico, algo de materialização dos desejos. Neste caso, pode ter influido uma predisposição psíquica; dizem que é o que acontece quando há uma guerra; e talvez já então, na eternidade peronista, os estratos profundos da mente popular adivinhassem as guerras por vir.

Quando digo que «todos tiveram um rapaz...» exagero, como é evidente. Era o que eu via à minha volta, mas a minha experiência era bastante limitada. Com o tempo, comecei a perceber que também havia raparigas que, no atordoamento da primeira infância, na ansiosa escolha de amigos, nas brincadeiras e correrias da aprendizagem da vida, me tinham passado despercebidas. Depois fizeram-se tanto mais notáveis por um facto curioso: não havia filhas únicas, nem com irmãos rapazes; eram sempre três, três irmãzinhas muito seguidas. Isso devia-se a que o casal que tivera como primogénito uma filha tentara uma segunda vez, e ao ter uma segunda menina voltara a arriscar... À terceira parava, porque também já seria uma loucura... E foi assim que ficou constituída a curiosa demografia dos bairros pobres de Pringles: uma grande maioria de famílias com um único filho, rapaz, e aqui e além algumas com três filhas mulheres. Não houve casos mistos. O peronismo era uma magia, mas uma magia implacável. Ou talvez interviesse nisto alguma misteriosa salvaguarda da Natureza, interferindo na História para proteger a espécie.

O meu pai foi um peronista acérrimo, suponho que desde a primeira hora, fundacional. E, como aconteceu com tantos argentinos humildes, foi-lhe útil, não apenas em virtude da legislação laboral, dos beneficios sociais e do optimismo ascendente que conquistou a sociedade em geral, mas também em termos individuais, pois a sua lealdade foi recompensada

com um lucrativo emprego municipal. Durante os dez anos do regime teve a seu cargo a iluminação das ruas e edifícios públicos, e as respectivas instalações eléctricas. Posição da maior responsabilidade, como é fácil de imaginar, sendo até bastante assombroso que a exercesse um único homem, mesmo quando Pringles era (e continua a ser) uma pequena vila. Devo notar que não era responsável pelo fornecimento de energia eléctrica à comunidade; disso ocupava-se a Usina, também chamada (não sei porquê) Cooperativa Eléctrica. Tanto quanto posso reconstituir a situação agora, suponho que, além de mudar uma ou outra lâmpada ou tubo fluorescente, ou reparar um curto-circuito no Palácio ou no Correio ou na Biblioteca, o grosso do seu trabalho consistia na iluminação das ruas. A vila tinha uns quinze quarteirões lado a lado, e havia um candeeiro pendurado exactamente no centro de cada esquina. A isto acrescentavam o longo *boulevard* que levava à estação e o caminho do cemitério. E a Praça, claro. Não era coisa pouca para um homem só, sem ajudantes. Eu era muito pequeno em 1955, quando ele deixou de exercer estas funções, e portanto não me lembro de como se organizava, mas poderia apostar que lá se desenrascava sem problemas e que ainda lhe sobrava tempo. Antes a vida era mais simples e as instalações eléctricas eram simplicíssimas, de manual, transparentes nas causas e nos efeitos.

A minha memória mais antiga do meu pai é vê-lo montado na bicicleta que usava para se deslocar para todo o lado na vila, até aos mais remotos confins, com uma longuíssima escada encaixada no ombro. A escada era o mais notável, e não creio que a cena me tivesse ficado gravada na memória se não estivesse presente. Era uma escada de madeira com pelo menos quatro metros de comprimento (não quero exagerar), e levar equilibrado semelhante trambolho na bicicleta devia requerer certa arte, ou pelo menos um hábito assíduo. Se caiu alguma vez, ou teve um acidente no trânsito, nunca o comentou lá em casa.

Na verdade, tudo isto o soube mais tarde, depois da queda do peronismo e da recaída da minha família, como tantas outras, na fatalidade do seu destino. Soube-o quase adivinhando-o a partir dessas memórias duvidosas da primeira infância, que nunca se sabe se são memórias ou invenções. Porque em casa nunca mais se falou do passado. A Revolução Libertadora<sup>2</sup> fez cair um pano intransponível, tecido com as fibras do vergonhoso sonho de ter aspirado a pertencer à classe média, sonho que depois do despertar se revelava tão impudico como uma fantasia sexual. Ademais, falar desse passado ter-se-ia revelado desconfortável, porque a palavra «Perón» foi proibida por decreto, e a proibição respeitada até na intimidade dos lares. Os meus pais nunca mais a pronunciaram. Ninguém a pronunciava, e hoje pergunto-me como soube sequer que essa palavra existia. Evidentemente, ouvira-a bastante nos meus primeiros seis anos de vida, e depois o seu cancelamento (eu também não a pronunciei, nem sequer em pensamento) pô-la num lugar especial. Tão completo foi este cancelamento que recorro perfeitamente a primeira vez que a ouvi, muitos anos mais tarde, quando estava a acabar a escola primária: uma rapariga, uma colega da escola, disse «Perón»... Foi como se se abrisse um abismo no qual toda a minha vida se precipitou. É inexplicável, embora deva ter alguma explicação. Como é evidente, sem essa palavra as pessoas podiam continuar a falar; a sua ausência não impedia a comunicação na vida quotidiana, porque não era o nome de nenhuma coisa que precisássemos de mencionar; era um nome próprio, pertencia a uma única coisa no universo.

Este cancelamento, que embora tenha ocorrido em todos os lares do país, na minha família tinha um antecedente que o tornava mais lógico, ou se preferirem mais fatal. Isto foi antes da Revolução Libertadora, de modo que se perde ainda mais

2 Golpe de Estado que pôs fim ao segundo período presidencial de Juan Perón na Argentina, a 16 de Setembro de 1955. [N. T.]

nas brumas da minha primeira infância. Quando muito mais tarde me comecei a aperceber de tudo, foi para mim uma completa novidade e não encontrei nenhuma memória confirmatória. Acontecia que o meu pai fora, na sua juventude, católico praticante. Mais: fanático. Homem de igreja, de comunhão diária, crente devoto, soldado das hostes de Maria... Mas após os acontecimentos de 1954, aquando da ruptura de Perón com os padres, nunca mais voltou a pôr um pé numa igreja. Isto pode parecer estranho, mas no conflito de lealdades entre cristianismo e peronismo ganhou o segundo. Se em Pringles tivessem queimado igrejas como em Buenos Aires, ele teria ido lá com uma tocha. Nove em cada dez pessoas censurá-lo-ão como uma hipocrisia retrospectiva, mas eu julgo compreendê-lo, na medida em que podemos compreender algo tão radicalmente estranho. É preciso ter em conta que na Argentina, ao contrário de outros países americanos, o catolicismo nunca teve enraizamento popular. Foi sempre uma prerrogativa da gente decente e até, diria, dos estratos mais altos da sociedade. A classe média, agnóstica, acudia aos rituais só por respeito ao patriciado, ou por snobismo, e para se distinguir da massa obscura, definitivamente atea. De modo que o meu pai, na sua devoção, era uma absoluta raridade e não podia senão ser sincero. Mas antes era peronista; tendo de optar, optou pelo peronismo. E o facto de ter optado, em vez de procurar um compromisso ou de olhar para o lado, é uma prova cabal da sua sinceridade.

Se contar como percebi tudo isto, talvez possa dar uma ideia mais exacta. Foi, como disse, muitos anos mais tarde, eu devia ser já adolescente; um dia quis o acaso que eu ouvisse uma conversa entre duas senhoras do bairro que estavam sentadas num camião estacionado. Isto pode parecer estranho, mas o nosso era um bairro de camionistas que deixavam os seus veículos estacionados na rua em frente às respectivas casas, e era muito comum as mulheres instalarem-se à tarde

nas cabinas a coser e a conversar. Era um costume como qualquer outro. Aproveitavam esse cálido observatório alto e envidraçado, enquanto os seus maridos ou filhos camionistas dormiam para compensar as vigílias das travessias nocturnas. Eu trepara à caixa do camião, passatempo frequente, e ouvi-as dali. Ouvia-as como quem ouve chover, tentando não fazer ruídos que denunciasses as minhas solitárias brincadeiras, fantasias de viagens ou de guerras. Prestava apenas uma atenção marginal, caso notassem um intruso no camião. Mas de repente surgiu o nome do meu pai e pus-me a ouvir. «Negro imundo!» dizia uma. «Uma vez vi-o na capela da Imaculada... Porque ia a todas, passava a vida na igreja... Eu estava lá ao fundo e vi-o de costas, ajoelhado em frente a um santo, a rezar e a rezar, com a cabeça baixa, depois acendia uma vela, voltava a rezar, batia no peito, ia a outro santo, o mesmo, beijava-lhe o pé, depois uma Virgem, e outra, beijava-lhes a orla do manto, voltava a ajoelhar-se, tocava o chão com a testa... Eu dizia cá para mim: “Mas quem será este? De onde terá saído?” Até que se virou e consegui ver-lhe a cara... Era ele! Que degenerado!» A outra comentava: «Esses são os piores.» E a primeira, recordando mais um detalhe: «Ah, e sempre que atravessava o corredor, benzia-se mas não simplesmente com o Sinal da Cruz; com o gesto completo, uma cruzinha na testa...» «Sim, sei como é», dizia a outra com nojo, não pelo Sinal, mas pela enfatuação fanática e detalhista do meu pai. «O grandessíssimo beato...»

Imagino-o, nessa capela vazia e escura, crendo que estava sozinho, sem testemunhas, num paroxismo de fé. E ao mesmo tempo não o imagino. Quer dizer: consigo vê-lo como uma figura recortada, como um boneco de corda a executar a sua dança litúrgica, mas jamais poderia imaginar o que lhe passaria pela cabeça nesses momentos, o que pedia aos santos e às Virgens, porque é que aquilo era tão importante para ele... Embora agora devesse ter uma ideia. Os comentários depreciativos

das senhoras do camião não me interessavam tanto como a cena que uma delas evocara. Estava habituado à malevolência, que era quase uma forma de ser. A minha mãe não lhes ficava atrás... Julgo poder traduzir aqueles comentários em termos políticos. «Os piores» queria dizer «os peronistas». O que elas criticavam era que um pobre electricista, ainda por cima «abonado», se armasse em místico. Que depois os peronistas tivessem queimado as igrejas, a essas senhoras não lhes devia parecer tão mal, pelo contrário. Mas sobretudo que um peronista tivesse sido um imundo beato... Dei-me por satisfeito com essa explicação e não procurei outra. Não obstante, algo me ficou às voltas na cabeça, algo flutuante que não chegava a encaixar: aquela beatice, aquelas gesticulações de altar, as velas, as novenas à Virgenzinha, tudo aquilo tinha algo de iniludivelmente feminino. E o meu pai era bastante viril: uma pessoa podia duvidar de tudo, mas disso não. De modo que persistia a sombra de uma contradição, que só se podia resolver com um termo superador que por agora me escapava... Mas deve ter-me ficado latente nalgum canto do cérebro, preparando-me para revelações futuras.

«Esses são os piores...» A breve frase dizia tudo, e é como se, só de ouvi-la nessa tarde, tivesse compreendido tudo. O processo da minha vida e do meu amadurecimento intelectual prosseguiu e ser-me-ia impossível dizer em que exacto momento integrei aquilo nalgum conhecimento concreto, mas esta impossibilidade não deriva tanto do difícil que é reconstruir a história nos seus pormenores como da natureza do conhecimento. Em que momento aprendemos que dois mais dois são quatro? Mesmo que conseguíssemos identificar a primeira vez que alguém no-lo disse, ou a primeira vez que fizemos a conta com os dedos, ainda não teríamos uma data. Porque muito antes, desde o começo da vida, víamos duas coisas e mais duas, ou uma coisa e outra, ou duas e uma, ou

três e uma, ou uma e uma e uma, ou qualquer combinação que, embora dando um resultado diferente, representava o mesmo mecanismo. A proposição «dois mais dois igual a quatro», quando formulada conscientemente, não faz senão reunir num nó mnemónico todas as instâncias atómicas que a prepararam.

«Esses são os piores» significa adultério. Na boca de duas senhoras que cosem num camião estacionado não significa outra coisa. Soube-o mais tarde, mas sempre o soube. Não creio sequer que nessa altura tivesse sido para mim uma revelação. Mesmo sem nunca ter ouvido a palavra «adultério», nem a palavra «bigamia», devia conhecer a coisa. Na verdade, as palavras são acessórias, são fórmulas para nos lembrarmos das coisas, para as manipularmos em combinações que nos dão uma ilusão de poder. Mas as coisas estão antes delas e são indomáveis.

Enfim, a história, ou melhor a lenda (porque nunca ninguém o provou), era que o meu pai tinha outra mulher do outro lado da vila. E não só outra mulher: outra família, com filhos, uma casa... Por mais desagradável que este assunto seja para mim, devo reconhecer uma circunstância feliz, e é que nas vilas todas as histórias estão envoltas numa constelação de causas e verosimilitudes, o que as faz tão diferentes das histórias abruptas e frequentemente inexplicáveis da grande cidade. Mas dessa constelação não posso dar aqui senão um breve esquema sumário.

Por agora, devo destacar dois traços do meu pai, um positivo e outro negativo, na perspectiva da vila. O negativo: tinha pele e cabelo escuros, era um «negro», como então se dizia; tinha provavelmente qualquer coisa de índio, embora como os índios na Argentina sempre foram vistos como algo demasiado remoto e extinto, essa cor associa-se mais propriamente à pobreza e à condição servil, à ignorância, aos ranchos. Ele nunca, jamais, falou do meio de onde provinha, a tal ponto

que ignoro o nome dos meus avós ou tios, e até se os tive. Seja como for, a história era desnecessária: o aspecto já dizia tudo. O traço positivo é que era um homem extremamente elegante e educado. Embora bastante evidente, esta beleza física era inteiramente anulada pela marca social. Era perfeitamente possível que houvesse negros mais belos ou mais feios, mas isso era como dizer que havia anões mais altos ou mais baixos, já que continuavam a ser anões.

Ora bem, esta dualidade podia servir para explicar o seu casamento. A minha mãe era branca, oriunda da decente classe média, e se condescendera numa aliança com o bloco «negro» era porque a sua muito marcada deficiência física lhe impossibilitava um casamento ao seu nível. A alternativa era ficar solteira, e ela tratou sempre, tanto quanto me lembro, de expressar o seu horror à condição de «solteirona». De facto, levou avante uma contínua campanha, uma guerra fria individual, contra as solteironas: era como se visse nelas um crime lesa-humanidade, e esta era, no fim das contas, a instância que englobava negros e brancos.

O meu pai ficava numa posição periclitante: uma família legítima, de ascensão social, com o seu filho único escolarizado e bem vestido, uma esposa filha de imigrantes europeus... mas negro. O facto de ser negro era incorrigível e potenciado pelo enigma da sua beleza. Aqui devo fazer um esclarecimento: parece-me inconcebível que as senhoras em cujo meio vivíamos pudessem apreciar essa beleza, subsumida pela fatalidade social do negro; mas, ao mesmo tempo, não podiam deixar de vê-la, nem sequer como mistério. Nessoutro mundo alheio, onde todos eram negros, deviam dar pelas diferenças, e causar o seu efeito. Sabe-se lá como se avaliavam os negros «entre eles». De modo que supuseram inevitavelmente uma qualquer escapatória, sob a forma de outra mulher, do seu próprio mundo, com a qual teria uma indefinida quantidade de filhos (tantos quantos a Natureza ordenasse) e com quem pudesse

manter um estilo de vida em conformidade. (Lá nessesoutra casa ele não sofria dos nervos, era a serenidade em pessoa.)

Como já disse, não sei se isto pertencia ao campo das construções lógicas ou à realidade. Mas a realidade é uma construção lógica, o modelo de todas as outras, de modo que não faz grande diferença. A minha mãe deve ter sofrido bastante. Ao longo dos anos foi-se encerrando na sua dor, até acabar a viver num outro mundo, com as suas próprias leis. Mas nem ela o sabia, e como era uma mulher bastante sociável, muito curiosa, continuou a interagir com os vizinhos. O que torna esta situação ainda mais estranha é que ela não tinha nenhum problema de nervos, na verdade não tinha problemas com nada. Não parecia ter segredos, o que lhe passava pela cabeça, dizia-o, por mais ofensivo ou embaraçoso que fosse para quem a ouvisse. O meu pai costumava prevenir-me: «A tua mãe diz seja o que for.» E era verdade, embora eu, na minha inocência, pensasse que não.

É evidente que o meu pai tinha uma mentalidade institucionalmente estruturada: era católico pelo lado da Igreja e peronista pelo lado do Regime. Fora das instituições, não era nem uma coisa nem outra. Nunca o vi a rezar em casa, nem sequer a olhar para uma pequena estampa que fosse. Quando deixou de frequentar a Igreja, deixou de ser católico e talvez tenha deixado de acreditar. Quando o peronismo caiu, esqueceu para sempre a política.

Da sua época de electricista oficial ficou-lhe uma espécie de fábula, e apenas uma. Não foi a nostalgia da prosperidade económica, mas algo muito mais poético: a honra estranha e ligeiramente mágica de ter sido a pessoa que acendia as luzes das ruas da vila. Sempre o soube, sem que ele mo dissesse. Mas não me privava de dizê-lo aos meus amiguinhos: o meu pai era, «antes», o que acendia as luzes da vila, todas, até as mais remotas, as que nunca víamos... «Antes». Não entrava em pormenores sobre quando tinha sido. Quase

me convenciam de que teria sido noutra época: acrescentava-lhe mistério. Era assim que víamos acenderem-se as lâmpadas das esquinas, sozinhas, ao cair da noite, como se uma benévola divindade dissesse, à distância, «está na hora», mas era sempre uma hora diferente, porque lá no Sul as diferenças entre as estações são enormes. Os interruptores deviam estar no Palácio Municipal, ou na Usina, e fazia-me sonhar o facto de que com eles, com controlo remoto, se pudesse chegar a toda a extensão da vila com a bênção da luz.

Nesse tempo, e em Pringles, a electricidade não era algo que déssemos por garantido, pelo menos não tanto como hoje. A vila vivia do campo e no campo vivia-se, salvo raras excepções, sem electricidade. Uns mais, outros menos, todos os vizinhos da vila vinham do campo e sabiam apreciar o milagre em todo o seu esplendor. Também não é que fosse preciso muito para notar a diferença: a rede eléctrica abarcava o centro urbano no mais estrito sentido e não chegava às ruas de terra dos arredores. A rua onde nós vivíamos era a última desse lado da vila. Quem morava do outro lado da casa não gozava desse privilégio da civilização, e bem perto estava. De facto, todos tínhamos lamparinas anteriores à electricidade, sendo que a rainha era o famoso *Petromax* ou *Sol da Noite*, e havia muitos que preferiam estas à luz eléctrica. Usavam-nas em pátios, armazéns ou nos quartos anexos à casa onde os cabos não chegavam. Havia, além do mais, muito menos aparelhos que agora. Os chamados «electrodomésticos» eram uma raridade. Até o frigorífico era um luxo exótico: nós, por exemplo, não tínhamos, nem nunca tivemos nenhum, como todo o bairro, que eu saiba. O único benefício prático da electricidade era a luz, e era assim que lhe chamávamos: «a luz».

Depois de 1955, o meu pai continuou a exercer a profissão de electricista na esfera privada. Devia ter a sua clientela, que ia atender de bicicleta, agora sem carregar quase nunca a escada. Houve decerto uma procelosa transição antes de

começar a desenvencilhar-se sem o salário. Não a senti: com seis anos, estaria demasiado absorto no meu primeiro ano da escola e não creio que me tenha faltado nada. Seja como for, devem ter-se congratulado com a prudência de terem tido um único filho.

Para uma criança, o pai é um modelo, um espelho, uma esperança. Mais ainda: é um homem-tipo, um exemplo de humanidade adulta e consumada, uma espécie de Adão construído a partir de todos os fragmentos do mundo que o filho vai aprendendo. Não surpreende que algumas partes não coincidam e que o conjunto se mostre bastante misterioso. É como uma grande pergunta de escolha múltipla cujas respostas vão surgindo aos poucos ao longo da vida. Arriscar-me-ia a dizer que essas respostas são as instruções segundo as quais a gente vive. Dir-me-ão: e quem não teve pai? Creio que posso responder: todos têm.

Isto vem a propósito de um dos enigmas que mais me perseguiram: era um bom electricista, o meu pai? Ou era mau? Péssimo? A hipótese mais forte, que cogitei longamente, é que não soubesse nada do ofício, nem mesmo os rudimentos. Nesse caso, toda a sua existência teve de ser uma espécie de perigosíssima representação. Diante de uma tomada, de um fio, de uma lâmpada, perguntar-se-ia: isto o que é? E na ânsia de fazer algo com essa incógnita, de modo a justificar o seu papel, faria uma coisa qualquer, ao calhas, para ver o que acontecia... Não, impossível. Não posso acreditar, por mais que um demónio trocista me tente nesse sentido com mil seduções. Ninguém pode apostar o seu destino numa tão completa negação. Além de que teria sido insustentável. Tantos anos a exercer o ofício, algo teria de ter aprendido.

É uma fantasia minha, não pode ser outra coisa. Justificá-la, em parte, o facto de que, por vezes, para explicarmos algo temos de levantar a hipótese mais extrema, e começar a recuar a partir daí, até chegarmos ao famoso meio-termo a que tantas

vezes a realidade se ajusta. Como toda a gente, o meu pai acertaria umas vezes e erraria outras. Mas diversos indícios confluentes, além de uma infável intenção que nunca falha, fazem-me pensar que o segundo caso era mais frequente que o primeiro. Os clientes voltavam com reclamações, havia problemas que se tornavam crónicos, recusava-se a atender alguns, ou então inventava desculpas. Parecia sempre muito seguro de si, devia ter estabelecido alguma regra nesse sentido, o que em si mesmo era o indício mais evidente das suas dúvidas. Mas na verdade o mais certo, o que nunca falha, é o ciclo amplo, o destino a longo prazo. E este mostra que o meu pai nunca foi além do nível do bairro, de uns biscatezinhos para pobres. Não progrediu, ficou-se pelas reparações e remendos, nunca fez instalações eléctricas em obras. Os seus melhores momentos já lá iam e, por mais odiosa que seja a suposição gorila de que se acomodou por ser peronista (e não por ser electricista), algo tenho de conceder-lhe. A ser assim, se era um improvisado homem dos sete ofícios, maior era o seu heroísmo. Se o tivesse confessado, coisa nele inconcebível, eu tê-lo-ia amado mais.

Mistérios e segredos da Fada Electricidade. Por ser arcana, era perigosa. Dizia-se que tinha morrido gente às mãos das suas insidiosas carícias. O mais estranho nela era a sua acção à distância. As perenes travessias do meu pai por toda a vila na sua bicicleta eram uma espécie de alegoria do voo invisível da Electricidade até aos recantos mais recônditos e mais íntimos... Mas, pensando bem, tudo é alegoria. Uma coisa significa outra, até o facto de, por causa das reviravoltas da vida, me ter tornado escritor e estar agora a redigir esta crónica verídica. Obedecendo às instruções da alegoria, que também opera com controlo remoto, também eu posso exercer um ofício do qual não percebo nada, manipulando com infinita perplexidade objectos sobre os quais não sei nem compreendo nada, por exemplo as memórias. Mas isto não

retira realidade aos factos, a realidade de que o meu pai era electricista e eu sou escritor. São alegorias reais.

O que prejudicou o meu pai foi a História ter começado desde então a correr, deixando-o para trás. Todos recordavam os tempos felizes. Como os não recordar, se eram tudo o que tinham? Mas, enquanto os recordavam, continuavam a acontecer coisas, e quando voltavam a olhar, tudo mudara. Depois de 1955, a vida tornou-se mais rica, Pringles recebia as novidades, recebia, tão postergado, o século xx. A ciência derramava a sua cornucópia sobre esse perdido canto do país, alimentando o snobismo dos bárbaros. Tudo parecia uma ficção leviana e inconsequente, como um tema de conversa, mas, ao mesmo tempo, como por magia, fazia-se real.

Eu absorvia tudo. Não impunha limites à minha curiosidade, era como se um feitiço da inteligência quebrasse as molduras que balizam a educação de uma criança. A modernidade penetrava em mim como uma torrente selvagem, e eu misturava tudo.

Em frente à casa havia um escritório de contabilidade onde passava os meus tempos livres. Fazia recados ao contabilista e ao empregado, que era seu sobrinho. Como o empregado faltava muito, o contabilista costumava deixar-me a tomar conta do escritório quando saía. A minha única função era estar ali e, se alguém viesse, dizer-lhe que ele saíra e que voltava já. A clientela era composta por feitores cujos «réditos» eram geridos pelo contabilista. Em geral, estas pessoas, que vinham à vila de vez em quando, tinham uma data de tempo livre para estas visitas e matavam a necessidade de conversa acumulada na solidão das planícies. Eu escutava aquelas intermináveis conversas com uma avidez sem-fim. Pareciam-me breves, queria mais. Depois, sozinho, reproduzia-as mentalmente, e até as enriquecia, fazendo infinito o infinito.

Apercebia-me então do ritmo acelerado que os acontecimentos começavam a adquirir. A actualidade ardia como

um fogo-fátuo. A fonte eram uns camponeses ignorantes e mentirosos, o que não fazia senão acentuar o maravilhoso torvelinho da História. Por exemplo, as pessoas falavam dos novos híbridos. O trigo dava bagos do tamanho de grãos-de-bico; o salto do «*rinde*» (abreviatura coloquial para falar do «rendimento») era assombroso. Eu seguia a curva de *rindes* como se fosse parte interessada naquilo, Verão após Verão, e calculava os lucros de cada feitor. Um *rinde* de dez sacos por hectare cobria as despesas; um de setenta sacos enriquecia o felizardo lavrador. E agora, de repente, falava-se de *rindes* de setenta sacos como mínimo absoluto; mais um pouco e um só grão bastaria para encher um saco. E o peso específico do produto multiplicava-se exponencialmente. Curiosamente, os sacos não iam além do limite dos «setenta», não sei porquê, mas havia outras quantidades a ter em conta. Eu fazia os cálculos *in pectore*, memorizava os resultados, depois consultava a cotação do cereal em Chicago no *La Nueva Provincia*, multiplicava o total, obtinha montantes monstruosos que me faziam sonhar. Um dado intrigante, que desfazia todos estes castelos no ar, era que aqueles cereais híbridos eram inúteis. Aquele trigo não dava para fazer farinha, não dava para fazer nada. O aumento em tamanho e em peso específico conseguia-se às custas da sua utilidade. E então? Era como se assistisse a um gigantesco simulacro. Como é evidente, devia compreender tudo mal. O meu conhecimento derivava das conversas ociosas ou mentirosas que ia presenciando e o que ouvia não podia ordená-lo em nenhum sistema organizado, os dados jorrados ao calhas dos lábios da jactância ou da hipocrisia também ao calhas se acumulavam nas tortas prateleiras da minha fantasia.

Os feitores mentiam sempre. Quando não mentiam, exageravam. Mentiam sobre si, exageravam sobre os outros. A electrificação do campo era um dos seus motivos predilectos para o exagero. Estavam sempre a falar sobre algum

caminho nocturno que conduzia à sua quinta iluminada a velas, e a visão lá ao longe, no imenso breu do campo, de uma qualquer herdade electrificada. A do Asteinza, a do Iturrioz, a do Domínguez... Havia sempre uma nova, sempre um sol ofuscante a meio da noite, casas, armazéns, parques e até currais... «Não dá para acreditar! Que beleza! É o progresso!» A acreditar neles, havia até grinaldas de luzes nos montes, os eucaliptos transformados em pequeninas árvores de Natal.

No escritório havia uma máquina de escrever. Como eu passava ali várias horas sozinho, a tentação de experimentá-la tornou-se para mim irresistível. Cedi repetidas vezes. No começo fazia-o clandestinamente, mas depois, uma vez, o contabilista descobriu e não me ralhou, de maneira que continuei a fazê-lo na sua presença. Passava tardes inteiras à máquina. Não sei o que escrevia, qualquer coisa. Uma vez fiz uma pergunta ao contabilista: depois de uma vírgula tínhamos de deixar um espaço? Ele ficou a pensar. Inclinou-se sobre o meu ombro para espreitar, observou a minha vírgula e reparou noutra coisa:

– Cuidado! Antes do «e» não se usa vírgula, nunca.

Não era essa a minha pergunta, embora o aviso fosse pertinente, já que colocara uma vírgula antes de um «e». Eu detestava que as coisas me escapassem, já nessa idade tinha uma mente ordenada, gostava de ter as coisas muito claras e sob controlo. Essa sucessão de um «e» e uma vírgula era acidental. Tentei fazê-lo compreender que agradecia a sua indicação, mas que insistia na pergunta original. Anuiu e disse que não tinha a certeza, nunca prestara atenção a esse pormenor. Mas havia uma maneira de confirmar. Numa prateleira, entre os dossiês, tinha os três volumes de uma enciclopédia de contabilidade. Lembro-me bem desses volumes, pois foram os primeiros livros que tive nas mãos. E, apesar do muito que os manuseara e lera até (sem perceber nada), também não

atentara nesse detalhe; a própria prática da escrita é que mo punha diante da minha consciência.

Abriu ao calhas, olhou... Era uma página qualquer de um qualquer volume (cada um com umas mil páginas); afinou o olhar às perspectivas do universo escrito, finalmente focou...

– Bom, pois vê lá tu que aqui há uma vírgula antes do «e»...

Talvez fosse o único caso em que os redactores da enciclopédia se tinham afastado da regra, e ele fora logo dar com ele. (Na frase anterior coloquei uma vírgula antes de um «e», julgo que correctamente, o que provaria que a regra é bastante precária.)

Até aqui vai a minha memória. O resto é previsível: devemos ter chegado à conclusão de que sim, era preciso deixar um espaço após a vírgula, assim como com qualquer outro sinal de pontuação.

Uma vez contou-me o meu amigo Osvaldo Lamborghini que em criança também ele, aprendendo a escrever à máquina, descobrira esse espaço após os sinais de pontuação. Pelos vistos é algo que uma pessoa tem de descobrir: ninguém no-lo ensina na escola, nem se percebe espontaneamente a ler. No Osvaldo foi algo decisivo. Quando mo contou, décadas depois do sucedido, emocionou-se, cravou em mim aqueles seus dois olhos negros orientais, assegurando-se, através do fumo do tabaco, de que eu o entendia: aquele espaço parecia-lhe algo tão refinado, tão subtil, que o deixou para sempre devoto. Fez-lhe ver que a escrita, além da sua função comunicativa, podia ser o veículo de uma elegância, e soube que era aquele o seu destino. Mas sempre foi muito sensível a estas coisas. Um amigo comum dizia que «o Osvaldo não tem um estilo: tem uma pontuação». Por isso, dez anos volvidos sobre a sua morte, escrevi uma novela em sua homenagem precisamente sobre a vírgula.

Afastei-me do assunto, mas não tanto como parece. Nunca nos afastamos tanto que não possamos voltar. Uma vez pintaram o vidro daquela enorme janela que cobria toda a fachada do escritório com uma espécie de tinta branca, que nessa altura era usada para impedir a visão a partir do exterior nas montras das lojas. Vem-me à cabeça que a substância que usavam era um «giz líquido». Que estranho. Não sei por que motivo deixaram de usá-la, mas também não sei muito bem quais os usos que lhe davam, nem por que razão a usaram dessa vez. Mas tenho bem presente como era. Aplicava-se com uma brocha na face interior do vidro, que ficava de um branco perfeitamente liso. E podia-se escrever perfeitamente com a ponta do dedo e, de facto, os donos dessas lojas aproveitavam para escrever alguma mensagem para a clientela, por exemplo «Próxima Reabertura», ou «Mudança de Firma», ou qualquer outra informação prática com que justificavam o prazer infantil de escrever naquela superfície tão aliciante. Para as crianças era irresistível. Inútil é dizer que eu e os miúdos do bairro que me iam visitar quando estava «de plantão» não resistimos e enchemos o vidro de inscrições. Mas dava-se uma circunstância especial e era que, para que a inscrição fosse legível do lado de fora, tínhamos de escrever ao contrário, em espelho. A única maneira de fazer uma tal coisa é usar letras de imprensa, ponderando cada uma antes de a desenharmos, com uma espécie de visão dupla ou de adaptação mental improvisada. E, ainda assim, era inevitável que algum R ou S ficasse ao contrário. Mas então notei, quando as inscrições constavam de mais de uma palavra, a importância do espaço, que ganhava uma entidade real, como tantas outras coisas, quando as consideramos do avesso. Depois soube que, nas origens da nossa escrita, na antiguidade greco-latina, não havia nenhum espaço entre as palavras. E agora que penso nisso, acho que esta invenção teve uma importância talvez fulcral,

equivalente à do zero na matemática, e intimamente relacionada com ela.

Se recordo essa banal travessura é porque foi a única vez que o contabilista se zangou comigo a sério e até ameaçou nunca mais me deixar entrar no seu escritório. Em geral ele era bastante tolerante, em parte pelo seu carácter, em parte porque eu era atinado e, em parte, com certeza, porque lhe era útil, e ele devia sentir-se culpado por me explorar sem nenhuma contrapartida. Desta vez pregou-me quatro berros: «Tu e os preguiçosos dos teus amigos... Vou mandar-vos prender...» Apontava para o vidro branco coberto de inscrições. «Achaste mesmo que eu não ia notar?... Escrever tudo isto sem autorização já é mau... Mas coisas proibidas!...» Só então comecei a compreender o seu problema. Não era, ou não era apenas, o facto de escrever, de macular o branco do vidro, mas as palavras que lá estavam escritas: não a forma, mas o conteúdo. Na verdade, não pensara nisso. Absorto no desafio de escrever ao contrário, não me detiveira a pensar nos significados, e agora compreendia que, com o entusiasmo, com a pressa, com o atordoamento do delito, poderíamos ter escrito alguma selvajaria. Não desconfiava tanto de mim, que era atinado e reprimido até nos meus automatismos, como dos meus amigos, que eram uns selvagens. «De certeza que escreveram FODA-SE», pensei, e baixei a cabeça. O contabilista bufou mais um pouco e depois esqueceu o assunto. O incidente ficou por ali.

Mas teve o seu epílogo horas mais tarde, nesse mesmo dia, numa dessas intermináveis tardes de Verão de Pringles. Eu ficara sozinho no escritório, à espera de que o contabilista voltasse, demorando-se para lá da hora de fecho. Estava sentado no banco alto por trás do balcão, sobre o qual apoiava os cotovelos, e tinha os dois punhos afundados nas bochechas. Não pensava em nada. Dominava-me aquela melancolia vaga e sem objecto da infância, acentuada pela

hora e, decerto, porque tinha à minha frente o vidro pintado de branco como um muro. Senti, sem o ver, que o céu se punha de um cor-de-rosa fosforescente. É assim ao cair das gloriosas tardes de Verão em Pringles: o ar ilumina-se, os seus corpúsculos lampejam. E então, sobre a madeira escura do balcão, mesmo à minha frente, no sítio exacto onde o poderia ter escrito, surgiu uma palavra em grossas letras cor-de-rosa: PERÓN. Alucinatória, inebriante, o mais real possível, embora me parecesse impossível. Inclinei-me para trás, pestanejando ferozmente. Continuava ali, escrita com um pincel de luz. Por fim, levantei os olhos e compreendi que a luz que a escrevia a projectava a partir de uma das palavras escritas a tinta na janela. Era a palavra proibida a que o contabilista se referia. Distraído como eu era, jamais a teria discernido entre todos os gatafunhos e inscrições que cobriam a metade inferior do branco. O céu tivera de revelar-ma, com um novo Mane, Thecel, Phares. Quando a surpresa cedeu e recuperei a razão, foi altura de me maravilhar por se projectar direita, e não ao contrário.

É aquilo a que se chama «espelinho»... Acabo de saber da sua existência aqui em Rosario, aonde vim passar uns dias sempre sem parar de escrever estas memórias (porque estou sempre a escrever, esteja eu onde estiver, aconteça o que acontecer). O nome foi bem escolhido. Eu conhecia a coisa, sem o nome, do qual a partir de agora não a vou conseguir separar jamais. Conheci-a em criança, e agora nomeou-a uma rapariga, o que me faz pensar na continuidade da infância. Embora esteja absolutamente convicto de que nada é eterno, devo reconhecer que existe um certo pensamento que circula sob a História, e é impossível dizer quem o carrega. As crianças não têm instrumentos de transmissão que atravessem as gerações, de modo que teríamos de concluir que inventam sempre um novo. A meio século de distância, de Pringles a Rosario, noutra mundo, noutra época... Ultimamente tenho

tido abundantes oportunidades de observar e experimentar como esta viagem, a pretexto de um Colóquio sobre as Retóricas do Ensaio, teve por finalidade conhecer, e voltar a ver, crianças. Acontece que entre os meus amigos rosarinos, todos eles fanáticos teóricos da Literatura, surgiu a moda de terem filhos. Passei uns dias muito instrutivos, e ontem à noite fui jantar a casa da Adriana, que foi a primeira a reproduzir-se, quando eu ainda mal os conhecia. A minha primeira viagem a Rosario coincidiu com o nascimento da sua filha Cecilia, cujo crescimento acompanhei até aos três ou quatro anos, não mais. De modo que aquilo da noite de ontem foi uma surpresa. Quando subi ao terraço da mansão da Rua España, uma enorme rapariga, quase da minha altura, descrevia círculos vertiginosos montada nuns patins. Veio dar-me um beijo com um sorriso radiante. «Cecilia! Estás tão crescida! E bonita!» Não o disse por cortesia. Aos dez anos, uma menina alta (quase enorme), corada pelo exercício, de olhos brilhantes, irradiava luz. Retomou de imediato as suas piruetas ao luar, arrancando faíscas às lajes vermelhas, e teria continuado nisto toda a noite caso o pai não lhe tivesse pregado quatro berros. Depois, durante o jantar, Cecilia mencionou os «espelinhos». Tratava-se da resposta a um insulto, devolvendo-o a quem o proferisse. Mas o que mencionou era muito pobre: «Para ti e para toda a tua família.» Não deixei passar a oportunidade de enriquecê-lo: «Em Pringles dizíamos-lo com uma rima, Cecilia: *Para todos os teus parentes, para ti especialmente*. Assim fica melhor e é mais eficaz.» Não ficou convencida. Implacável como todas as crianças, achou a rima imperfeita: «Não seria necessário dizer *especialmentes*?» Estive quase a dizer-lhe que era o contrário: dizia-se *parente*, porque as crianças da classe operária de Pringles comiam os esses; mas calei-me, pois, estando entre intelectuais rosarinos, pensei que o poderiam levar a mal. Lembrei-me de outros espelinhos, mas também os guardei para mim, já que não deviam ser

apregoados à frente de senhoras. Um muito conciso e definitivo era o usado para responder ao habitual «Filho da puta»: «Tu é que és.» Quanto de verdade há na sua brevidade proverbial. Uma mulher, puta ou não, pare os filhos um a um, e há uma impossibilidade radical, tão bem expressa pela volta-face da frasezinha, de que a que pariu um dos oponentes tenha parido também o outro. Claro que uma mulher pode ter vários filhos ao longo do tempo, mas devo recordar que todos nós éramos filhos únicos e cada qual tinha uma única mãe.

Mas havia outro espelhinho que ia muito mais ao cerne da questão. Na realidade era um contra-espelhinho. Acontecia quando o insulto era «A cona da tua mãe». O espelhinho rezava: «A cona da tua irmã, que tem mais quilómetros.» E então o primeiro podia retorquir o definitivo: «Já que irmã não tenho, com o teu cu cá me entretenho.» Com efeito, nenhum de nós tinha irmã, de modo que eu interpretava estas rimas, e assim fiz durante vários anos, como um costume pringlense.

Das conversas que ouvia no escritório do contabilista, as que mais me inspiravam eram as que adquiriam a forma de monólogo. Isto não mudaria, o que é curioso, ou talvez nem tanto, em alguém tão parco como eu. Julgo que esta minha preferência pelo monólogo, relativamente ao diálogo, resulta da mórbida atracção que a loucura exerce sobre mim, sobretudo a loucura latente na normalidade, a que está a um passo da mais segura e reconfortante rotina, não a que é preciso ir procurar nos manicómios. É no monólogo que o ditado «o peixe morre pela boca» se faz real. Mas era mais do que isso: nos monólogos eu podia compreender o crescimento, lento e magnífico, das construções imaginárias, nas quais a linguagem, à força de rodar no vazio, se abria a algo que estava para lá das palavras.

As pessoas tinham tanto tempo naquela altura que se permitiam os monólogos mais descabelados. E, se eu os apreciava tanto, outros ouvi-los-iam também com prazer. Os feitores

que visitavam o escritório tagarelavam com gosto. O Contabilista não lhes ficava atrás, pelo contrário, era ainda pior. E, com diferentes interlocutores, repetia-os. Eu era o único a ouvir aquela repetição, privilégio que me enchia de uma satisfação indizível. Registava as variações, as amplificações, os aperfeiçoamentos, e depois, sozinho, repetia-os de mim para mim acrescentando e variando e polindo ainda mais. Um dos seus preferidos (e meu) era a história dos «*réditos*» de um sem-abrigo. «Os *réditos*» eram evidentemente os impostos pagos ao fisco com toda a concomitante papelada de que ele se ocupava profissionalmente. O sem-abrigo em questão, genuína figura do discurso, era um desses vagabundos dos campos de Buenos Aires, que nessa época abundavam. A história era que uma vez os inspectores da Direcção-Geral de Impostos tinham ido fazer a cobrança a um sem-abrigo. Como todo o cidadão argentino, tinha o dever de pagar impostos. Escusado será dizer que havia muitos que não os pagavam, mas a graça deste conto reside no facto de o sem-abrigo não ter nenhuma razão para mentir, já que a sua vida se desenrolava por inteiro fora dos intercâmbios monetários. Aqui entravam as amplificações do Contabilista, que se fazia mais propriamente «contador» (em sentido legítimo, diga-se de passagem, porque de Contabilista especializado em *Réditos* não tinha ele diploma, era apenas «oficial»). Tomava revezadamente o papel dos inspectores fiscais, cada vez mais perplexos, e o do sem-abrigo, que tinha resposta para tudo. «Propriedades imóveis?» «Nenhuma.» «Ah, arrenda?» «Não, durmo debaixo da ponte.» «Responsabilidades familiares?» «Sou sozinho.» «Indumentária?» «Cá me arranjo com uma roupa velha.» «E quando se gasta ou rasga?» «Alguém me oferece. Ou, melhor ainda: faço uma com um casaco abandonado.» E por aí fora. «Comida?» Era a categoria mais pitoresca. O seu prato sazonal preferido: agrião. Era, no fundo, a utopia do homem natural, mas em mim provocava-me o efeito contrário, porque sentia o quão anacrónico

ele era, e mesmo que me propusesse ser como ele (que rapaz o não queria?), pretendia sê-lo nesse mesmo mundo onde se pagavam impostos e as pessoas pertenciam a grandes máquinas sociais, modernas e eficazes.

Essa modernidade, que obscuramente pressentia ameaçar o meu pai, afigurava-se-me uma viagem individual ao futuro. Acordar de manhã e descobrir que tinham passado cem anos e tudo estava diferente. Um refinamento da imaginação fazia-me desdenhar as naves interplanetárias e os arranha-céus de vidro. O que mudara fora o estilo, algo invisível e, no entanto, decisivo. Por exemplo, um homem anterior à invenção do zero, que viajasse magicamente, de repente, à época posterior a essa invenção, e se passeasse pela rua, olhando em volta... O mesmo para o espaço entre as palavras escritas. Ou, ainda mais subtil, um homem de quando a palavra «Perón» foi proibida, transportado a uma época em que essa proibição tivesse sido levantada. Ao escrever esta crónica, estou a fazer mais ou menos o mesmo que esse salto no tempo; não entre estilos, porque o meu estilo não mudou desde a infância, mas entre as consequências do estilo. Exceptuando que eu o faço ao contrário, do futuro para o passado; mas por efeito da escrita, da transparência do estilo, o avesso faz-se direito, isto é, avesso do avesso.

Muito de vez em quando iam lá ao escritório homens um tanto mais cultos e razoáveis. Eram excepções e, embora não embarcassem em delirantes monólogos, ofereciam-me a oportunidade de ouvir alguma verdade com que me identificava, de má vontade, sem o prazer que a ficção me proporcionava. Mas era como se, independentemente da minha vontade ou dos meus gostos, estivesse predestinado a essoutro mundo árido da razão. Uma vez, um deles, curiosamente ao corrente das pequenas coisas da nossa vida, desatou a falar do destino das crianças do povo. «Hoje ninguém quer ser operário», dizia. «Ninguém quer trabalhar!», anunciam os seus interlocutores

com entusiasmo, cedendo a essas generalizações pessimistas nunca tão gerais que não façam de quem fala uma excepção. Mas este homem tinha uma ideia mais precisa e não se ficou pela demagogia barata: «Ninguém quer sujar as mãos num officio. Não sei se têm vergonha ou se fazem mal as contas, mas prejudicam os filhos mandando-os estudar para aquelas secretarias comerciais como a do Velásquez, em vez de lhes ensinarem o officio que eles próprios exercem. Julgam que lá porque vão trabalhar de fato e gravata vão ser mais do que com fato-macaco e, na verdade, não passam de uns empregadinhos sem futuro.» Os outros, que de tanto falar nunca se tinham posto a pensar, anuíam mal-humorados. O homem voltou-se para mim e, para minha surpresa, mostrando que realmente sabia mais do que parecia, disse-me:

– Tu és filho do Tília, não és?

– Sim.

– Pois aqui têm. Um electricista a quem não custaria nada ensinar o officio ao filho. Com a falta que há de electricistas, e a que haverá no futuro! Mas não, a ideia que esta gente tem do progresso é meter o filho atrás de uma secretária a vegetar o resto da vida com um salariozinho miserável.

Etc. O seu diagnóstico era diabolicamente acertado. Outra coisa era que tivesse razão ao criticar «nesta gente» os seus ingénuos desejos de ascensão social pelo caminho que vissem abrir-se-lhe. Afinal, era «a outra» gente que podia fazer estes raciocínios, gente como ele, que fizera cair Perón e pusera em marcha o cruel comboio da História. Mas era verdade. Todos os rapazes que eu conhecia, todos sem excepção, uma vez concluída a primária, iam para o Velásquez e entravam no mundo do comércio e da burocracia. Era uma ilusão, uma esperança, um objectivo da evolução.

Este senhor que fazia os seus comentários e críticas tão acertados colocava-se num nível superior. Dali podia fazer um diagnóstico avisado, mas era incapaz de compreender.

No nível em que as coisas aconteciam, a visão era outra. O Velásquez é que era razoável, adaptado às necessidades. Com efeito, o ciclo completo de estudos nessa escola era de apenas dois anos, e mal o aluno recebia o diploma, aos catorze anos, já estava em condições de entrar para o mercado de trabalho, que parecia insaciável na sua procura de jovens contabilistas estagiários.

O irracional, pelo contrário (sempre visto ao nível dos actores sociais interessados), era o Colégio Nacional, que também existia e era bastante prestigiado. Mas o Nacional demorava nunca menos de cinco anos e dele saía-se com um diploma do Ensino Secundário, o que não servia absolutamente para nada em termos laborais, a não ser para entrar na Universidade, e a Universidade ficava lá em Buenos Aires ou em La Plata, longe e inacessível. De modo que mandar um filho para o Nacional, não sendo rico, era de um pretensiosismo absurdo, pura perda de tempo.

O pior, nas bocas do bairro, era que o Nacional tinha um programa de estudos, o oficial, que obedecia a objectivos arcaicos, tão alienados das necessidades práticas que se prestava à chacota. Por exemplo, uma das disciplinas do primeiro ano (que era até onde iam as averiguações) era Botânica. E de que serviria a Botânica para o rebento de uma família humilde, que teria de pensar o quanto antes em ajudar economicamente os pais, lavrando um futuro para si e dispondo de armas eficazes para empreender a luta pela vida? A Botânica, claro! No bairro encarniçaram-se contra a Botânica, talvez devido à pomposidade do nome. Devia haver, e com certeza haveria, outras disciplinas mais inúteis, mas a Botânica era o exemplo ideal.

Menti deliberadamente quando disse que não havia excepções ao «projecto Velásquez». Houve uma, e muito notada e comentada, tanto que voltou a colocar a Botânica na boca de toda a gente durante uma temporada. Foi um rapaz que vivia

no mesmo quarteirão da nossa casa, filho único (claro) da família mais pobre do bairro. Eram quase mais que pobres, porque o pai não trabalhava, passava a vida a fumar à porta. Ninguém sabia do que viviam, decerto da caridade de alguns parentes. A mãe era uma índia ressequida vestida de negro, sempre enfiada na cozinha. Este rapaz era três anos mais velho que eu, ou seja, acabou a sexta classe quando entrei para o quarto ano. E nesse momento, para infinita surpresa de todo o bairro, mandaram-no... para o Nacional. Era tão ridículo que ultrapassava tudo o que se pudesse imaginar. Mas de certo modo era expectável.

A este rapaz, a que chamarei M., aconteceu algo que recordei bem. Uma tarde, a minha mãe foi comigo ao centro fazer não sei o quê. O centro ficava a exactamente cinco quarteirões da nossa casa, mas nunca lá íamos, de modo que a excursão era todo um acontecimento. Saímos, e M., que estava aborrecido na rua, juntou-se a nós e acompanhou-nos. Foi na altura em que entrara para o Nacional — época que, diga-se entre parêntesis, não durou muito, dois ou três meses, não mais, porque os pais tiveram um acesso de sensatez e tiraram-no de lá e inscreveram-no no Velásquez, facto proclamado com não poucos sorrisos vingativos pela vizinhança. Lá fomos andando os três muito contentes pelo meio da rua. M. era um rapaz simpático e tagarela, nada inibido. A minha mãe vestira-se «para sair» e por isso caminhávamos pelo meio da rua, já que a sua vestimenta formal incluía uns sapatos de salto agulha tremendamente altos. Desacostumada, parecia andar sobre andarilhos, vacilante, e o asfalto liso da rua era para ela muito mais seguro que as pedras e as ervas dos passeios de terra.

A minha mãe era muito baixinha, quase anã. Ou, melhor dizendo, tinha a estatura de uma anã, mas acompanhada de outras características somáticas que, sendo tão estranhas e visíveis como as do nanismo, eram diferentes. Por exemplo,

a sua cabeça era ostensivamente pequena (talvez fosse normal, mas com aquela altura uma pessoa esperava a cabeçorra de um anão) e, no lugar do cabelo, cobria-a uma penugem cinzenta que nunca crescia tanto que desse para pentear ou escovar. Por sorte, esse seu cabelo era demasiado fino para ficar em pé. O que nela mais chamava a atenção eram os óculos, pequenos e redondos e de uma espessura tão descomunal que mais pareciam verdadeiros berlindes. Aqueles óculos, tinham-lhos feito aos quatro anos, e nunca mais os tirou. Apesar da sua baixa estatura e do seu aspecto um tanto grotesco, tinha uma aura de autoridade e uma altivez que impunham respeito. Todos a tratavam por «senhora», facto excepcional, já que às outras mães do bairro, tratávamo-las simplesmente pelo nome ou pela alcunha.

Pois bem, quando chegámos à esquina fomos ultrapassados por um carro que teve de contornar-nos e, como se ouvia o motor de outro carro ao longe, a minha mãe reconsiderou e chegou à conclusão de que poderíamos seguir pelo asfalto sem precisarmos de ir pelo meio da rua. Disse:

– Vamos para junto do passeio para ver se evitamos uma colisão.

M. fitou-a muito surpreendido e perguntou-lhe aos gritos, que era como sempre falava:

– «Colisão»? Que é isso?

– Não sabes o que é uma colisão? Um choque.

M. ria, expansivo, feliz:

– Não! Não pode ser! Essa palavra não existe, inventou-a!

A minha mãe sorria, muito satisfeita. A suspeita de M. tinha os seus motivos, já que era muito típico dela inventar palavras misteriosas, criar enigmas, fazer piadas. Desta vez limitou-se a estalar a língua, muito contente com a intriga que acabara de criar. M. insistia:

– Essa palavra não existe! Não vem no dicionário!

Esta frase foi como um golpe para mim. «Não vem no dicionário.» Seria difícil transmitir a impressão que me causou. Antes devo esclarecer que, com o tempo e com as repetidas maledicências, o Nacional se convertera para mim num mito vago e obscuro, que por essas mesmas características me atraía irresistivelmente. A própria Botânica, embora não soubesse o que era (ou por isso mesmo), tornara-se para mim um mito. Todo aquele saber inútil, que por ser inútil não tinha limites e podia cobrir ou duplicar o mundo inteiro, ou, melhor dizendo, os mundos, o visível e o invisível, era um vórtice, um íman. Mas a frase de M. transportava-me para um nível superior. «Não vem no dicionário» significava, negativamente, que M. sabia quantas e quais palavras havia no dicionário. Todas, já que sabia qual não estava. Uma palavra ao calhas, saída do floreado lexical de uma senhora numa conversa circunstancial, e ele conseguia localizá-la instantaneamente no vazio, no espaço em branco deixado pela totalidade das palavras existentes. Eu nunca abrira um dicionário (o único livro que me passara pelas mãos fora a Enciclopédia de Contabilidade), mas sabia o que era. O dicionário continha todas as palavras, e com todas as palavras, em diferentes combinações, faziam-se os livros todos. M. era o único rapaz que eu conhecia que tinha andado no Nacional. A conclusão do silogismo era que no Nacional aprendiam o dicionário. Senti como que uma confirmação e expansão simultâneas. O que para qualquer outra criança no seu perfeito juízo teria sido uma condenação quase demasiado cruel (estudar o dicionário), para mim era o destino. Estava destinado ao enciclopedismo e à combinatória, e aquilo confirmava-o como um amanhecer.

A suspeita, muito certa, de que neste caso o meu amigo se enganava não mudava em nada esta certeza exaltante: era um acidente passível de ser corrigido. Podia tê-lo provocado essa fatal tendência de todos os meus amigos para a piadola

obscena. Devia ter adivinhado na minha mãe a intenção de fazer ela própria uma piada, muito fraca, pelo que «colisão» era uma palavra inventada que significava «atropelar por trás». (Aqui devo dizer, em nome da verdade, que M. é hoje um fazendeiro milionário. E não é por ter estudado no Nacional, que frequentou apenas uns poucos meses, mas graças à gestão contabilística que aprendeu no Velásquez.)

Eu também estava destinado ao Nacional. Era uma decisão de velha data, da minha mãe. Uma decisão inamovível, quase uma fatalidade, como tudo o que passava por ela. A minha mãe proclamava-a com aquela certeza altiva, classista, tão própria da sua irracionalidade. Para que Universidade iria eu quando ao cabo de cinco anos de extenuantes sacrifícios familiares tivesse o meu diploma do Ensino Secundário? O curioso é que o meu pai, ele, sim, capaz de raciocinar, a apoiava em silêncio. Não sei, podia ser uma forma de suicídio, um pacto suicida que eles tivessem feito...

Há quem diga que todo o casamento é um pacto suicida. Até pode ser verdade, em sentido metafórico e poético, mas em cada caso concreto seria necessário adaptá-lo às circunstâncias históricas. Por vezes, para compreendermos uma única metáfora, temos de voltar muito atrás nas causas e nas causas dessas causas. Entre os meus pais era tal a diferença de estilos psicológicos que a ideia de pacto não se podia considerar senão em sentido figurado. Não havia um plano conjunto em que pudessem coincidir para estabelecerem os objectivos e as condições. Viviam em mundos diferentes, cada um na sua própria dimensão, irreductível à outra, inconcebível a partir da outra. Mas se pretendesse afirmar que foi isso que me fez tão estranho, equivocar-me-ia, pois todo o filho deve passar por algo semelhante. Isto parece um exagero. Dir-me-ão que, a ser assim, toda a gente está fadada à esquizofrenia, e que a sociedade está ameaçada desde dentro por uma dissolução a curto prazo. Eu seria capaz de não recuar perante esta objecção. Poderia

dizer: certo, e então? Mas não, reconheço que não é assim. Em vez de dissolução existe a História. A ruptura, produ-la o tempo. Mas neste ponto, sim, insurjo-me: não a produz bem, não há final feliz. Não disse acaso Ortega y Gasset, com toda a sua autoridade de filósofo e de espanhol, que «a humanidade se divide em idiotas e monstros», dando por certo que não havia um terceiro termo? O mais a que podemos aspirar é chegarmos a monstros, mesmo que para tal tenhamos de sacrificar a felicidade.

Devo tentar uma descrição do ponto onde se uniam as dimensões heterogêneas, o sítio mágico e inconcebível onde o que jamais se poderia tocar entrava em contacto. A casa, o bairro, a vila... Começo pela nossa casa. Eram as ruínas de uma antiga *fonda*<sup>3</sup> que devia ter sido, nas eras esplêndidas de Pringles, uma espécie de hotel. Nessoutro tempo, pelos vistos, construía-se tudo em grande e com uma solidez que resistia a décadas de abandono e de maus-tratos. O edifício descrevia um ele majestoso na esquina. Na mesma esquina, e a todo o comprimento de uma das ruas, havia grandes salas, cozinhas, despensas e o que deviam ter sido as dependências do pessoal. Desse lado ficava a entrada, que era muito faustosa, e no limite do edifício encontrava-se o portão, que servira para coches e carros. Na outra rua estendiam-se os quartos, uns dez, todos com janela gradeada para a rua e uma porta que dava para uma galeria com colunas de ferro. O resto do terreno, que era meio quarteirão, ocupava-o um parque com velhas árvores. Nós ocupávamos um dos quartos, e apenas um. O resto do edifício estava vazio e delapidado. Abundavam os ornatos, as volutas, as colunas falsas. Na esquina, sobre o majestoso portal que dava para o salão principal, subsistia um escudo nobiliário de estuque. Julgo que o estabelecimento deve ter sido planeado para uma clientela rural que se teria sentido pouco

3 «Estalagem», em português. [N. T.]

cómoda noutros hotéis que já existiriam no centro de Pringles, dada a sua localização marginal, a quinhentos metros do centro. Este ficava quase no campo, e o seu vasto terreno, originalmente o quarteirão inteiro, daria melhor cabimento que outros mais urbanos a coches e cavalos. Com a expansão da vila, na segunda ou terceira décadas do século, perdeu a razão de ser, deixou de funcionar, e as suas ruínas ficaram ali entaladas no bairro. Os proprietários deviam ser franceses, comunidade que tivera numerosa representação na zona. Da antiguidade da estalagem dava conta um facto significativo: não tinha uma única casa de banho. Nunca tivera. No fundo do parque havia uma latrina, construída no mesmo estilo palaciano.

Como disse, éramos os únicos habitantes deste enorme edifício. Mas ocupávamos apenas um dos quartos, que era todo o nosso lar: cozinha, sala de jantar, sala de estar e quarto ao mesmo tempo. Eu não o achava pobre nem desconfortável: vivera sempre assim, e todas as famílias que conhecia, ou seja, as dos meus amigos do bairro, se arranjavam com instalações equivalentes, e todas mais pequenas que a nossa. Importa lembrar que éramos todos filhos únicos. Não se assemelhava em nada à miséria da promiscuidade de oito filhos, dez filhos, ou filhos numa quantidade indefinida e em perpétuo crescimento. No nosso caso parecia mais uma adaptação. Na realidade, longe de julgá-lo deplorável, este sistema de ambiente único, considerava-o o mais razoável e simples. Outra coisa ter-me-ia parecido uma extravagância, como hoje um rapaz ter uma sala para comer a sopa e outra para comer a sobremesa, ou um quarto para dormir a sesta e outro para dormir à noite. Embora mais experientes que eu, os meus pais deviam sentir o mesmo, já que nunca lhes passou pela cabeça colonizar um dos quartos vazios que nos cercavam profusamente.

No entanto, esta limitação podia estar sobredeterminada pelas cláusulas, ou, melhor, pela história do contrato de

arrendamento. Nunca soube como os meus pais foram ali parar, nem por que motivo foram os únicos a fazê-lo. Embora fosse fácil deduzi-lo. Em algum momento da década peronista houve um congelamento das rendas, que, com a inflação subsequente, se tornaram uma pechincha. E a Libertadora, que mudou tantas coisas, não soube mudar isto. Aos proprietários daquela velha ruína, descendentes dos franceses que a tinham construído, não lhes interessou meter ali novos inquilinos. Nós devemos ter sido um teste que correu mal. Além do mais, havia um difícil processo de herança que afectava o imóvel. Uma vez por ano colocavam uma bandeira vermelha na esquina e um cartaz a anunciar uma hasta pública. Na data marcada vinha o leiloeiro e organizava-se no passeio uma cerimóniazinha, muito breve e sempre igual. Reunia-se um público habitual, todo composto por homens. O meu pai não perdia um, nem eu. Também vinham os proprietários, que não sei se eram irmãos ou primos ou cunhados. Mortalmente desavindos, não se falavam e ficavam à distância uns dos outros. O leiloeiro pronunciava um discursozito que já trazia preparado: medidas do terreno, metros quadrados, assoalhadas, etc. Depois, «o procedimento»: levantava o martelo, esperava uns segundos em silêncio, ou murmurava algo, e dava o leilão por concluído. Nesse exacto momento, os proprietários saíam sem dizer nada, sérios, compungidos, cada um para seu lado. Apoiando os papéis no capô de um carro, um escrivão que viera com o leiloeiro preenchia uma acta, assinavam-na e faziam-na assinar a duas testemunhas, que costumavam ser vizinhos.

O sentido desta curiosa cerimónia negativa, que se repetiu sem modificações durante todos os anos da minha infância, compreendi-o ao longo do tempo através das explicações do meu pai. Já disse que as mulheres não participavam. A minha mãe tampouco, mas a sua ausência tinha um matiz deliberado e militante. Nos dias seguintes mostrava-se irritável, combativa,

resmungona, ela que habitualmente era como uma ave canora, despreocupada e risonha. O meu pai tentava fazê-la compreender uma e outra vez o sentido do que tinha acontecido, mas ela não percebia, e a tormentosa impaciência do meu pai acabava por desencadear raivosas discussões. A mim, essa incompreensão parecia-me bastante irracional, já que pouco a pouco lá fui compreendendo a mecânica da coisa, em cuja descrição o meu pai esgotava a sua pouca calma. O Juiz a cargo das partilhas ordenava a hasta pública. Mas para que esta fosse consumada tinha de haver um comprador. Não havendo, tinham de esperar que todo o ciclo judicial desse uma volta completa até chegar a altura deste processo. Era tão simples. Porque é que a minha mãe se recusava a aceitá-lo? Porque é que complicava tudo com perguntas a despropósito, queixas e catilinações? Era a única ocasião em que abandonava a sua política de pôr água na fervura do nervosismo do marido.

A chave do mal-entendido, aquilo que a minha mãe insistia em não compreender, era que os proprietários não aproveitassem a oportunidade para comprar a casa em conjunto e acabar com aquela farsa. E, no entanto, era claríssimo. Não havendo ofertas, não a vendiam e podiam continuar a ser os donos sem ter de gastar um tostão. Havendo uma oferta, os diferentes ramos da família, mortalmente desavindos, tê-la-iam aumentado... Produzir-se-ia uma infinita escalada, já que todos estavam obstinados em conquistar a posse aos outros. Era um risco sempre latente. Eles não acenderiam o pavio, mas outro poderia fazê-lo, alguém alheio à família e ignorante do pleito que tivesse a peregrina ideia de comprar o edifício para deitar tudo abaixo e fazer uma moradia... De facto, o problema dizia-nos directamente respeito, a nós sobretudo, porque vivíamos ali. Uma consequência curiosa deste pleito foi que, em tempos idos, antes de eu nascer, quando o meu pai foi pagar a renda, os proprietários disseram-lhe que não podiam passar recibo. Este documento, suponho,

modificaria o *status* legal de toda a operação. O meu pai respondeu que, caso não lhe passassem recibo, não pagaria. Então atravancaram-se ali e nunca mais voltou a pagar. Ou seja, além de termos a renda congelada, não a pagávamos.

Todos os meus amigos viviam em casinhas mesquinhas e apertadas. A nós, sobrava-nos espaço, mas, num gesto de soberba dignidade de pobres, desprezávamo-lo e vivíamos num quarto. Até da galeria só usávamos o espaço correspondente ao nosso quarto. A mim, tinham-me proibido de entrar nos outros, embora a maioria não tivesse portas e fosse percorrida apenas pelos ratos. Não é que me atraíssem muito, na verdade. Às vezes, na ausência dos meus pais, organizávamos uma excursão com os rapazes do bairro, mas muito raramente. Também me tinham proibido de brincar no parque e até de pisá-lo para lá do caminho que conduzia à latrina, ou o da bomba (porque também não tínhamos água corrente), e eu tinha esta limitação tão interiorizada que houve certos cantos onde nunca cheguei a pôr os pés.

Seja como for, o edifício deu forma definitiva à minha imaginação. Dali em diante, pensei sempre em forma de palácio. Para adormecer à noite, percorria mentalmente todos aqueles quartos vazios... Nem todos, pois não sabia quantos eram e nunca me dei ao trabalho de contá-los. Perdia-me naquele labirinto cujo centro era o sonho. Pode parecer pouco para modelar a imaginação de um homem, e com ela todo o curso da sua vida. Porém, além de que não seria a primeira vez que uma pequena causa produz um grande efeito, não é assim tão pequena, já que a situação dissolvia as contradições entre Palácio e Quarto, e colocava em funcionamento o mecanismo que dissolvia todas e quaisquer contradições.

Nunca soube (e nunca soube que não o sabia, e por isso não perguntei) por que razão o nosso lar era aquele quarto e não outro. Havia tantos, e todos iguais... Embora, como é evidente, não fossem iguais: estava cada qual em seu sítio, e essa

diferença era irredutível. A única coisa que o nosso quarto tinha a mais que os outros – além, claro, de que se mantivera habitável – era uma lareira. Uma grande lareira de mármore. Mais nenhum a tinha. Quem sabe a que antigo e perdido desígnio obedecia? Quando, na sequência das minhas leituras, encontrei a expressão «o Palácio de Inverno», isto fez-me sonhar: pensei que poderia modificá-la de acordo com a minha experiência pessoal, e ficava assim: «o Quarto de Inverno do Palácio das Estações».

Uma vez a minha mãe contou, a meio do incessante tagarelar que empregava para acalmar o meu pai, que quando foram viver para ali, logo após o casamento, usava a lareira para cozinhar, com fogo de lenha, como na Idade Média. Entusiasmei-me, com o histórico snobismo das crianças. Teria gostado de vê-lo. Pedi que preparasse uma refeição, nem que fosse apenas uma, ao velho estilo, mas ela não me deu tal prazer. Prometi a mim mesmo que, quando fosse grande, voltaria à Idade Média as vezes que quisesse, a despeito do progresso. Aparentemente, essa etapa durara muito pouco tempo, já que com o seu primeiro salário de electricista municipal o meu pai comprara à sua mulher um enorme fogão *Volcán* a querosene, que ainda tínhamos. Continuava no mesmo sítio onde o puseram quando o trouxeram, encostado no centro de uma das paredes laterais. O quarto era quadrado, e cada parede tinha uma reentrância no meio: na que dava para a galeria ficava a porta; mesmo em frente, na que dava para a rua, a janela; quanto às paredes laterais, numa tínhamos o fogão *Volcán* e na outra, do lado oposto, a velha lareira. Eu adorava aquela simetria, achava-lhe sempre novos sentidos. O chão era de madeira, de tábuas estreitas, e debaixo ouvia-se o vazio. O móvel maior era a cama de casal, encostada à parede lateral ao lado da lareira, do lado da porta. Do lado da janela, a minha cama e um guarda-comida. Em frente à minha cama e ao lado do fogão, um roupeiro de três portas, volumoso e muito alto.

O mobiliário ficava completo com a mesa e as cadeiras, no canto do lado da porta. Esta disposição nunca mudou.

Era assim o nosso pequeno mundo, o nosso refúgio e o nosso segredo. Pensado deste lado do tempo, é como se contivesse necessariamente um segredo. Um segredo tê-lo-ia justificado, quando mais não fosse como recurso mnemónico. O curioso é que esse segredo não existia e, no entanto, recordo-o perfeitamente. Não vivíamos apertados. Eu passava o dia na rua, o meu pai também, por causa do trabalho, e a minha mãe era muito «porteira»: levava uma cadeira para o passeio e sentava-se a costurar, tardes inteiras. Dizia que começara a ganhar-lhe o gosto quando comecei a caminhar, para me vigiar, e nunca mais perdeu o hábito. As pessoas que passavam pensariam: «Que enorme casa tem esta senhora», e não sabiam que a casa propriamente dita estava escondida no coração da casa que viam, como uma semente no interior de um bosque.

Havia outro elemento exterior dentro do quarto, e era o rádio. Tínhamo-lo numa prateleira em cima da mesa e estava sempre ligado quando havia alguém em casa. Ouvíamos música, as notícias, programas de humor, de perguntas e respostas; a mãe seguia as novelas, e eu também, as de Chiappe, que eram gauchescas. A mãe achava que o facto de eu interromper as minhas correrias, fossem elas quais fossem, para ir ouvir com ela a novela de Juan Carlos Chiappe era uma prova de devoção filial e familiar. Comentava-o muito orgulhosa com as vizinhas. Na verdade, fazia-o porque gostava, e não por lealdade.

Através do rádio entrava também na nossa vida a política. A minha existência teria sido menos atormentada se tivessem excluído a política da nossa casa, como, por diversos motivos, deveriam ter feito. O motivo principal era o desengano. Sempre se disse, e com razão, que o peronismo não foi genuinamente um fenómeno popular: veio de cima, e o povo

recebeu-o como um dom, e continuou a recebê-lo até que receber se converteu numa segunda natureza, e então começou a receber o seu contrário. Esta interpretação pode parecer uma subtileza intelectual, porque nos factos as massas se sentiram protagonistas, e agiram em conformidade. E o que importa são os factos, «a única verdade é a realidade»<sup>4</sup>, a génese é secundária. E, no entanto, os próprios factos acabaram por justificar este raciocínio, já que, da mesma direcção de onde viera o peronismo, da mesma altura, chegou o antiperonismo. E justamente a ilusão de termos andado a decidir o nosso destino, ao desvanecer-se, produziu o desengano e a vergonha de termos sido tão ingénuos.

O meu pai emudeceu, por fora e por dentro. Se não falava, era porque não tinha nada para dizer. Interiorizou a maldita dialéctica da História, enfiou-a em cada célula da sua língua fria e morta, e ficou doente dos nervos. Dali em diante não teve a serenidade necessária para se ocupar da realidade do país, tão ou mais histórica que ele. Foram, com efeito, anos de instabilidade, problemáticos, confusos. Intensificavam-se as mudanças de governo, as intervenções, os levantamentos militares. A rádio trazia-nos as notícias. Os comentários estavam a cargo da minha mãe, que se foi tornando mais loquaz com o passar do tempo. Não percebia evidentemente nada de política, não tinha sequer como saber do que se tratava, e ainda assim mostrava-se desenvolta, céptica e dogmática ao mesmo tempo, decerto encorajada pelo silêncio do meu pai. Ele devia compreender a magnitude dos dislates da esposa, a sua incrível ignorância, a sua irresponsabilidade infantil, mas calava-se. E já se sabe que quem cala consente.

Lembro-me de que em certa altura, por ocasião de umas eleições, lançaram um *slogan* que estavam sempre a repetir na

4 Frase de ecos aristotélicos e kantianos, popularizada na Argentina por Perón. [N. T.]

rádio: «O governo é eleito por si.» A minha mãe soltava um risinho sarcástico e respondia: «... e Rattembach demite-o.»

Não teria sido assim tão grave (para mim, que era a única testemunha desta curiosa guerra sem combatentes) se ela se tivesse limitado a este desencantado cinismo, a estas ironias pontuais. O grave foi que começou a desenvolver um visceral antiperonismo, gorila, difamatório, perfeitamente delirante. Não era tanto um desenvolvimento ideológico como uma consequência natural da decisão de falar: algo tem de servir para encher o discurso. Começou a fazer longos discursos durante o almoço. Embalava e não conseguia parar. Doutrinava-me. Prefiro não reproduzir as suas palavras. Todos temos uma história política igualmente confusa e paralisante. Pelo menos, todos os argentinos a têm. Por outro lado, não durou muito. Era demasiado absurdo para se sustentar, e talvez a sua função fosse servir de impulso ou de molde formal para a etapa seguinte.

Com efeito, caída a política, ficou o discurso. A minha mãe devia ter descoberto que, se falasse, o marido permanecia calado, e isso valia tanto para a política como para qualquer outro assunto. Calado, aplacavam-se-lhe os nervos, ou pelo menos as suas manifestações mais incômodas. Ela recorreu às suas memórias de infância, fez-se inesgotável em histórias, vinhetas, estampas, retratos, e eu acabei por ficar a saber um pouco de tudo. Embora o contasse muito feliz, sem sublinhar o ressentimento, e até dando-lhe um tom humorístico, era uma autêntica história de terror. Fora criada no campo, a mais velha de uma dezena de irmãos, que tivera de criar sozinha, sem ajuda, porque a mãe era um monstro de indiferença. Segundo ela, a mãe era uma figura excepcional e quase inconcebível: uma mulher sem instinto maternal. A missão que essa carência descarregou sobre os seus débeis ombros de menina teve por efeito compensar a sua desgraça física: os irmãos amaram-na como a uma mãe, não

a segregaram como o fenómeno anão e caixa-de-óculos que era. O pai morrera jovem, e, claro está, idealizou-o.

O pai morreu no ano em que ela casou, não sei se antes ou depois, mas nesse mesmo ano, 1948. Era até onde iam as suas evocações: dali em diante, silêncio. Jamais falou do seu casamento, talvez dando-o por sabido (mas eu não sabia de nada e ter-me-ia interessado sobremaneira). Com aquela discrição compensava, ou sobrecompensava, uma verdadeira obsessão pelo tema. Mas este tema em particular, o casamento, num meio em que os casamentos eram um dado adquirido desde a eternidade e afectado por um poderoso tabu, resolvia-se, como tema de conversa e de pensamento, negativamente, ou seja, nas solteironas. Tinha-as catalogadas e estudadas, todas as do bairro, inventava-lhes esperanças, escolhia-lhes «candidatos», fantasiava soluções... Mas gozava infinitamente o seu fracasso, que dava por adquirido, e neste ponto não se equivocava, já que todas as solteironas de que tive notícia continuariam a sê-lo para sempre. É certo que por vezes, no seu entusiasmo, exagerava ao apelidar de «solteirona» alguma miúda de vinte anos (geralmente professora ou empregada), e de repente esta casava. Mas eram excepções que deixava passar: o seu «elenco estável» conservava-se sem alterações. Não passava um dia sem se ocupar delas. De certo modo, sem saber e sem pretendê-lo, reivindicava a mobilidade social que o peronismo introduzira na vida argentina, porque as solteironas são um fenómeno específico da classe média, e a sua aparição no meio proletário em que nos movíamos não podia senão ser interpretada como um sinal de ascensão. Ela própria o dizia às vezes: «As negras casam-se sempre, por mais feias que sejam.» Mas na realidade isto não desmentia a sua postura gorila, já que as solteironas, em virtude do longo período que as constituía, estavam ali desde antes do peronismo e ali continuariam depois. Os dez anos que o peronismo durou não chegaram para fazer solteironas e com isto se revelaram como meras ilusões as suas pretensões de transformação social.

No princípio era o chá de tília que o pai, vítima de insónia, preparava. Rumava de bicicleta até à Praça de Pringles, onde numa fileira destas árvores, cujas florzinhas colhia para o seu chá, destacava-se um exemplar, admirável e grandioso, a «Tília Monstra». Consigo levava o seu único filho, ainda pequenino, aquele que mais tarde contaria esta e tantas outras histórias para recuperar o seu velho eu e compreender a sua vida: a dos seus pais e do quarto apertado onde todos viviam, a das primeiras amizades e espantos, a da descoberta da vírgula.

Em *Aniversário*, encontramos a personagem de um célebre escritor que, ao cumprir os cinquenta anos de idade, época de balanços e de recomeços, aproveita a surpreendente descoberta da sua ignorância sobre as fases da Lua para reflectir, com ilimitada fantasia e humor desarmante, sobre «todas as coisas que julgava saber e que na verdade não sabia.»

Porta de entrada para um universo literário único, este volume reúne de forma inédita duas das mais conhecidas *novelitas* de César Aira, nas quais, sob o signo da memória, o autor nos guia por dois momentos-chave da existência: a infância e a meia-idade.

«Quando se começa a ler Aira já não se consegue parar.»

**Roberto Bolaño**

«Calculo que César Aira se torne o primeiro Prémio Nobel de Literatura da Argentina.»

**Carlos Fuentes**



Penguin  
Random House  
Grupo Editorial

[www.penguinlixeira.pt](http://www.penguinlixeira.pt)

f [cavaladeleira](#)  
penguinlixeira

ISBN 978-989-623-887-9



9 789896 239879 >